

A discussão do programa

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A programação monetária para 1985 começa a ser discutida dentro do governo — entre o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Planejamento (Seplan), o Banco Central e o Banco do Brasil — nesta segunda-feira. A primeira apreciação do esboço da política monetária será feita em cima dos gastos já projetados para as chamadas contas de fomento — atividades típicas de governo —, usando-se como parâmetro uma taxa de inflação de 120% no final do ano e de 150% como média anualizada, repetindo assim os mesmo percentuais embutidos no orçamento fiscal encaminhado ao Congresso Nacional.

Ao contrário dos anos anteriores, as contas de fomento serão atreladas ao orçamento da União e, com base nas estimativas de gastos e nas projeções mensais dos saldos do Tesouro, é que se definirá a programação monetária — em substituição ao orçamento monetário dos anos anteriores. Este trabalho pretende traçar, antecipadamente, a atuação do Banco Central no "open market", mês a mês: ou injetando recursos, com a compra de títulos, sempre que o Tesouro for superavitário, ou enxugando recursos do mercado, com a venda de títulos, quando o Tesouro for deficitário.

Desde já sabe-se que as contas de fomento, mesmo com seus gastos amarrados à previsão de receita fiscal, vão continuar a exercer forte pressão sobre a política monetária no decorrer de 1985, dependendo assim da sustentação do Banco Central, nesta primeira etapa da implantação da reforma bancária. Para se ter uma idéia do impacto destas contas, basta citar as previsões de despesas definidas para dois itens de significativa importância: os gastos com a conta trigo — cobertura do subsídio entre a compra do

comercialização de café, e outras que caracterizam as contas de fomento, terão seus valores em termos de dispêndios confirmados na reunião desta segunda-feira para que passem a ser explicitadas no orçamento da União. Também será traçada uma projeção do superávit da balança comercial para 1985 — que a Seplan tem previsto em torno de US\$ 12 bilhões — para a projeção do impacto do setor externo (operações cambiais) na política monetária do ano que vem.

Da mesma forma como vem ocorrendo neste ano, as despesas ordinárias do orçamento fiscal — repasses para os ministérios e para programas específicos — terão de ser administradas com rigor, de modo que o Tesouro possa gerar superávit, necessário para ajudar a cobertura das novas atribuições que a ele passam a ser conferidas. O esforço de contenção desenvolvido no decorrer de 1984 indica, como última previsão dentro do governo, a geração de um superávit de Cr\$ 9 trilhões no fechamento da caixa em dezembro — destes, Cr\$ 2 trilhões devem representar a receita com a arrecadação de impostos no último mês do ano, que fica retida pelos bancos comerciais normalmente dez dias, e que reforçará o superávit na virada do ano.

Com a ajuda da política de colocação líquida de títulos, que será praticada para atender diretamente às necessidades do orçamento da União, o Tesouro deixará de ser passível de déficit a partir do ano que vem. Seu resultado de caixa mensal, zerado ou superavitário, continuará aparecendo no passivo não monetário do Banco Central, já que o Banco do Brasil deixa de ser autoridade monetária. A própria caixa do Tesouro será transferida do Banco do Brasil para o Banco Central.

Com as modificações, que serão levadas à apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN) no

produto dos produtores e a venda para os moinhos — estão estimados em Cr\$ 4,5 trilhões em 1985 (supondo-se que o nível de subsídio permaneça no patamar atual), enquanto os dispêndios com a conta açúcar — cobertura da gravosidade existente na exportação e mais a cobertura da diferencial de preços entre a região Nordeste e o Centro-Sul — também demandarão recursos no valor de Cr\$ 4,5 trilhões no ano que vem. Neste ano de 1984, as despesas da conta açúcar devem fechar em Cr\$ 1,3 trilhão, do qual Cr\$ 500 bilhões destinados à equiparação de preços internos e Cr\$ 800 bilhões para a gravosidade.

Estas operações, assim como o déficit do IAPAS e a

dia 19 de dezembro, a base monetária não mais terá os depósitos a vista do Banco do Brasil em sua composição, restringindo-se apenas à emissão de papel-moeda e às reservas bancárias (compulsórias ou voluntárias).

A base passa então a espelhar o resultado da diferença de um ativo monetário, composto pelos haveres externos (reservas) e empréstimos do Banco Central a instituições financeiras, e do passivo não monetário, que além do saldo do orçamento fiscal será composto pelos depósitos em moedas estrangeiras — que somam hoje o valor de US\$ 12 bilhões —, além das obrigações externas assumidas diretamente pelo Banco Central.

monetário